

6. Demonstrações contábeis e notas explicativas

6.1. Demonstrações contábeis

A Contabilidade vem passando por significativas transformações rumo à convergência aos padrões internacionais de qualidade da informação contábil. Como ciência, está diretamente relacionada aos mecanismos de registro dos atos e dos fatos de gestão e de análise das demais informações geradas, como, por exemplo, a elaboração e a análise das demonstrações contábeis da entidade. Dessa forma, a Contabilidade cumpre o seu propósito, serve de base tanto para avaliação da efetividade da administração e da gestão dos recursos como fornece dados relevantes e tempestivos na correta apresentação do patrimônio e da análise das causas de suas mutações. Desse modo, serve como instrumento de informação e de transparência capaz de satisfazer aos usuários no processo de gestão e na tomada de decisão.

No caso da Contabilidade aplicada ao setor público, esse propósito vai além e está intimamente ligado ao conceito de *accountability* – prestação de contas e responsabilização daqueles que administram o patrimônio público. Nesse contexto, no âmbito da administração pública, as demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, têm se tornado cada vez mais relevantes, ganhando espaço tanto para a tomada de decisões pelos gestores quanto para fins de controle pelos órgãos e por toda a sociedade. Por isso, a prestação de contas deve ser periódica, clara, objetiva e neutra, evidenciando a realidade do patrimônio público gerido, de modo a resultar em demonstrações contábeis e notas explicativas íntegras, compreensíveis, comparáveis, fidedignas e relevantes.

As demonstrações contábeis e as notas explicativas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Órgão Consolidado Justiça Eleitoral (JE) estão disponíveis no portal do TSE e poderão ser consultadas no endereço eletrônico <<http://www.tse.jus.br/transparencia/contas-publicas/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas>>.

O Tribunal Superior Eleitoral exerce o papel de Setorial Contábil do TSE e do Órgão Consolidado Justiça Eleitoral, nos termos da Lei nº 10.180/2001. Dessa forma, é o responsável por orientar, acompanhar e analisar as informações contábeis da JE.

A Setorial Contábil do TSE é responsável pelas seguintes unidades gestoras:

UNIDADE GESTORA
070001 – Secretaria de Administração – TSE
070026 – Secretaria de Orçamento e Finanças – TSE
070058 – Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos

Fonte: Siafi

Para o desempenho de suas atividades, a estrutura da Contabilidade do TSE conta com oito servidores, dos quais quatro são integrantes da Seção de Contabilidade Analítica (Seconta) e quatro da Seção de Contabilidade Gerencial (Seconge), ambas subordinadas à Coordenadoria de Finanças e Contabilidade da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF). A contadora responsável, Lucinei de Oliveira Pereira, atua como titular desde 2008, tendo como substituto, desde o ano de 2017, Moabe Allan Teixeira do Nascimento. Ambos são Analistas Judiciários – Especialidade Contabilidade.

No rol de atribuições da Contabilidade do TSE, incluem-se:

- orientar e acompanhar as unidades administrativas vinculadas quanto às operações de contabilidade financeira, orçamentária e patrimonial, inclusive os processos relacionados à abertura e ao encerramento do exercício;
- propor e apoiar a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal, no avanço e no aperfeiçoamento das rotinas e dos procedimentos contábeis;
- analisar e avaliar a consistência das demonstrações contábeis do TSE e do Órgão Consolidado Justiça Eleitoral, solicitando providências quanto às regularizações das impropriedades detectadas nos registros contábeis;
- efetuar ajustes contábeis, quando necessários, preservando a integralidade e a tempestividade da informação contábil;

- conciliar os saldos contábeis com os relatórios mensais de bens móveis e almoxarifado do TSE; e
- acompanhar a conformidade de registro de gestão nas unidades gestoras do TSE, bem como realizar a conformidade contábil.

Quanto à atividade de conformidade contábil, cabe relatar que esse procedimento tem como objetivo assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), que é o sistema do governo federal em que são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As demonstrações contábeis exigidas para o TSE são as seguintes:

- Balanço Financeiro – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte;
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do órgão;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – divulga as entradas e as saídas de caixa e classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Essas demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e Manual Siafi.

Mudança de critério contábil

Para atender à aplicação do regime de competência em sua integralidade na administração pública, é importante salientar que no exercício de 2018 ocorreu a implantação de novos procedimentos de apropriação do Passivo por competência referente a Férias e 13º Salário conforme Manual Siafi 021142 – Folha de Pagamento. Tais alterações foram objeto de determinação contida no Acórdão nº 1.322/2018 do Tribunal de Contas da União (TCU/Plenário), em auditoria no Balanço Geral da União (BGU) e que reflete diretamente nas demonstrações contábeis de 2019.

Declaração da contadora

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 do Tribunal Superior Eleitoral.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e está pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, balanço patrimonial, demonstração de variações patrimoniais, demonstração dos fluxos de caixa, balanço orçamentário, balanço financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual Siafi.

Brasília/DF, 20 de Fevereiro de 2020

Lucinei de Oliveira Pereira CRC nº 008510/O-0

Contadora Responsável

As tabelas a seguir trazem informações detalhadas sobre as demonstrações contábeis do TSE.

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ MILHÕES)							
ATIVO	NE	2019	2018	PASSIVO	NE	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		1.029,4	1.052,9	PASSIVO CIRCULANTE		19,8	3,4
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.014,4	1.040,7	Obrig. Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a CP	7	8,3	2,2
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	6,8	1,6	Fornecedores e Contas a Pagar a CP		3,0	1,2
Estoques	3	8,1	10,5	Demais Obrigações a Curto Prazo	8	8,6	0,0
VPDs Pagas Antecipadamente		0,0	0,1				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		608,4	640,3	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Imobilizado	4	461,2	497,0	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		19,8	3,4
Bens Móveis		65,5	62,2				
Bens Móveis		156,4	147,7				
(-) Depreciação/Amortização Acum. de Bens Móveis	5	-91,0	-85,5				
Bens Imóveis		395,7	434,8	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Bens Imóveis		469,5	469,5	Resultados Acumulados		1.618,0	1.689,8
(-) Depr./Amortização Acum. de Bens Imóveis	5	-73,8	-34,7	Resultado do Exercício		-71,0	-38,1
Intangível	6	147,2	143,2	Resultados de Exercícios Anteriores		1.689,8	1.730,3
Softwares		147,2	143,2	Ajustes de Exercícios Anteriores		-0,8	-2,4
Softwares		147,2	143,2	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.618,0	1.689,8
TOTAL DO ATIVO		1.637,8	1.693,2	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.637,8	1.693,2

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (R\$ MILHÕES)					
ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	1.014,4	1.040,7	PASSIVO FINANCEIRO	60,2	53,5
ATIVO PERMANENTE	623,3	652,5	PASSIVO PERMANENTE	16,9	2,2
			SALDO PATRIMONIAL	1.560,7	1.637,5

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (R\$ MILHÕES)	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	907,7
Recursos Vinculados	46,5
Previdência Social (RPPS)	5,8
Recursos de Receitas Financeiras	2,6
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	38,1
TOTAL	954,3

QUADRO DE COMPENSAÇÕES (R\$ MILHÕES)							
ESPECIFICAÇÃO / SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	NE	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO / SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	NE	2019	2018
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		242,5	219,2	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		573,1	494,8
Execução dos Atos Potenciais Ativos		242,5	219,2	Execução dos Atos Potenciais Passivos		573,1	494,8
				Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar		1,8	0,2
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		230,3	219,2	Obrigações Contratuais a Executar		571,3	494,6
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	9	12,2	219,2				
TOTAL		242,5	219,2	TOTAL		573,1	494,8

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (R\$ MILHÕES)			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		9.582,7	13.293,3
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0,6	0,3
Juros e Encargos de Mora		0,6	0,3
Transferências e Delegações Recebidas		9.491,5	13.255,1
Transferências Intragovernamentais	10	9.490,9	13.244,7
Outras Transferências e Delegações Recebidas	11	0,5	10,4
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		61,7	7,5
Ganhos com Incorporação de Ativos	12	60,9	6,8
Ganhos com Desincorporação de Passivos		0,8	0,7
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		29,0	30,4
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		29,0	30,4
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		9.653,8	13.331,3
Pessoal e Encargos		256,4	241,6
Remuneração a Pessoal		208,4	195,6
Encargos Patronais		33,4	31,6
Benefícios a Pessoal		13,0	13,0
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		1,6	1,5
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		65,3	59,9
Aposentadorias e Reformas		49,1	44,5
Pensões		16,2	15,5
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0,0	0,0
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		287,6	293,0
Uso de Material de Consumo		1,5	2,0
Serviços		232,6	264,0
Depreciação, Amortização e Exaustão	5	53,5	27,0
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	0,0
Juros e Encargos de Mora		-	0,0
Descontos Financeiros Concedidos		-	0,0
Transferências e Delegações Concedidas		8.973,7	12.725,5
Transferências Intragovernamentais	13	8.045,8	10.123,9

(continuação)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (R\$ MILHÕES)			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	2019	2018
Transferências a Instituições Privadas	14	927,8	2.576,7
Outras Transferências e Delegações Concedidas	15	0,2	24,9
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		69,5	10,8
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas Involuntárias		1,6	0,0
Incorporação de Passivos		9,3	10,4
Desincorporação de Ativos	16	58,6	0,4
Tributárias		0,0	0,0
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,0	0,0
Contribuições		0,0	0,0
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1,2	0,5
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1,2	0,5
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		-71,0	-38,1

BALANÇO FINANCEIRO (R\$ MILHÕES)							
INGRESSOS	NE	2019	2018	DISPÊNDIOS	NE	2019	2018
Receitas Orçamentárias	17	72,7	81,8	Despesas Orçamentárias		1.512,9	3.247,3
Ordinárias		-	-	Ordinárias		1.347,9	3.062,6
Vinculadas		73,0	81,9	Vinculadas		164,9	184,8
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		73,0	81,9	Seguridade Social (Exceto Previdência)			
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(0,3)	(0,1)	Previdência Social (RPPS)		59,6	48,1
				Operação de Crédito		-	1,2
				Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		105,3	135,5
Transferências Financeiras Recebidas	10	9.490,9	3.244,7	Transferências Financeiras Concedidas	13	8.045,3	10.123,9
Resultantes da Execução Orçamentária		9.469,8	13.226,0	Resultantes da Execução Orçamentária		7.907,7	9.961,7
Cota Recebida		7.984,9	8.280,4	Repasse Concedido		3,9	57,7
Repasse Recebido		8,6	1.716,2	Sub-repasse Concedido		7.821,2	9.720,1
Sub-repasse Recebido		1.474,2	3.225,6	Cota Devolvida		81,8	181,0
Sub-repasse Devolvido		2,1	3,8	Sub-repasse Devolvido		0,8	3,0
Independentes da Execução Orçamentária		21,2	18,7	Independentes da Execução Orçamentária		137,5	162,1

BALANÇO FINANCEIRO (R\$ MILHÕES)							
INGRESSOS	NE	2019	2018	DISPÊNDIOS	NE	2019	2018
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		17,9	16,7	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		104,7	129,5
Demais Transferências Recebidas		0,2	0,2	Demais Transferências Concedidas		0,2	0,2
Movimentação de Saldos Patrimoniais		3,0	1,8	Movimento de Saldos Patrimoniais		32,6	32,5
Recebimentos Extraorçamentários		63,1	57,5	Despesas Extraorçamentárias		95,0	106,6
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		2,7	0,1	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		0,9	2,0
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		57,3	52,5	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		47,3	48,4
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3,1	4,9	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3,1	4,9
				Outros Pagamentos Extraorçamentários		43,7	51,2
				Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		43,2	51,2
				Demais Pagamentos		0,5	-
Saldo do Exercício Anterior		1.040,7	1.134,5	Saldo para o Exercício Seguinte		1.014,4	1.040,7
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.040,7	1.134,5	Caixa e Equivalentes de Caixa		1.014,4	1.040,7
TOTAL		10.667,5	14.518,5	TOTAL		10.667,5	14.518,5

(continuação)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – TODOS OS ORÇAMENTOS (R\$ MILHÕES)			
	NE	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		-2,7	-44,4
INGRESSOS		9.566,7	13.331,4
Receitas Derivadas e Originárias		72,7	81,8
Receita Tributária		-	-
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços		1,7	0,0
Outras Receitas Derivadas e Originárias		71,0	81,8
Outros Ingressos das Operações		9.494,0	13.249,6
Ingressos Extraorçamentários		3,1	4,9
Transferências Financeiras Recebidas	10	9.490,9	13.244,7
DESEMBOLSOS		-9.569,4	-13.375,8

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – TODOS OS ORÇAMENTOS (R\$ MILHÕES)			
	NE	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		-2,7	-44,4
Pessoal e Demais Despesas		-518,2	-560,0
Legislativo		-	0,0
Judiciário		-452,9	-499,8
Administração		-	-
Previdência Social		-65,3	-60,2
Transferências Concedidas		-959,3	-2.635,8
Intragovernamentais		-31,5	-30,9
Outras Transferências Concedidas	14	-927,8	-2.604,9
Outros Desembolsos das Operações		-8.092,0	-10.180,0
Dispêndios Extraorçamentários		-3,1	-4,9

(continuação)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – TODOS OS ORÇAMENTOS (R\$ MILHÕES)			
	NE	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		-2,7	-44,4
Transferências Financeiras Concedidas	13	-8.045,3	-10.123,9
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-43,2	-51,2
Demais Pagamentos		-0,5	-51,2
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-23,6	-49,4
DESEMBOLSOS		-23,6	-49,4
Aquisição de Ativo não Circulante		-19,6	-21,3
Outros Desembolsos de Investimentos		-3,9	-28,1
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-26,3	-93,8
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		1.040,7	1.134,5
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		1.014,4	1.040,7

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		117,7	117,7	72,7	-45,0
Receitas de Serviços		-	-	1,7	1,7
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		-	-	1,7	1,7
Outras Receitas Correntes	17	117,7	117,7	71,0	-46,7
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		117,7	117,7	71,0	-46,7
SUBTOTAL DE RECEITAS		117,7	117,7	72,7	-45,0
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		117,7	117,7	72,7	-45,0
DÉFICIT	18			1.440,1	1.440,1
TOTAL		117,7	117,7	1.512,9	1.395,2

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – DESPESAS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		2.487,4	1.780,0	1.473,3	1.433,2	1.430,5	306,6
Pessoal e Encargos Sociais	19	1.129,7	401,3	303,1	301,9	301,9	98,2
Outras Despesas Correntes		1.357,8	1.378,6	1.170,2	1.131,2	1.128,5	208,4
DESPESAS DE CAPITAL		270,9	290,6	39,5	22,3	22,3	251,1
Investimentos	20	270,9	290,6	39,5	22,3	22,3	251,1
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	21	126,9	126,9	0,0	0,0	0,0	126,9
SUBTOTAL DAS DESPESAS		2.885,2	2.197,5	1.512,9	1.455,5	1.452,8	684,7
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		2.885,2	2.197,5	1.512,9	1.455,5	1.452,8	684,7
TOTAL		2.885,2	2.197,5	1.512,9	1.455,5	1.452,8	684,7

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$ MILHÕES)							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		-	52,1	47,0	47,0	5,1	0,0
Pessoal e Encargos Sociais		-	3,4	1,8	1,8	1,6	-
Outras Despesas Correntes		-	48,7	45,2	45,2	3,5	0,0
DESPESAS DE CAPITAL		-	0,4	0,4	0,4	0,0	-
Investimentos		-	0,4	0,4	0,4	0,0	-
TOTAL	22	-	52,5	47,3	47,3	5,1	0,0

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS (R\$ MILHÕES)						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		0,0	0,1	0,1	-	0,1
Outras Despesas Correntes		0,0	0,1	0,1	-	0,1
DESPESAS DE CAPITAL		0,9	0,0	0,9	-	0,0
Investimentos		0,9	0,0	0,9	-	0,0
TOTAL		0,9	0,1	0,9	-	0,1

6.2. Notas explicativas

1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – segundo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), esta conta compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representem recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

No TSE, representa o limite de saque da disponibilidade de recursos financeiros na Conta Única do Tesouro Nacional. No ano de 2019, a Conta Caixa e Equivalente de Caixa encerrou o exercício com o montante de R\$1 bilhão, composto por recursos do TSE, do Fundo Partidário e da Setorial Financeira, que é responsável pela administração dos recursos a serem distribuídos para atender a toda Justiça Eleitoral, conforme a Lei nº 10.180/2001.

TABELA 2 – SALDO DA CONTA LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO – OFSS (R\$ MILHÕES)	
UNIDADE GESTORA	SALDO EM 31.12.2019
070001 – Secretaria de Administração – TSE	25,9
070026 – Secretaria de Orçamento e Finanças – TSE	981,0
070058 – Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos	7,6
TOTAL	1.014,4

Fonte: Siafi

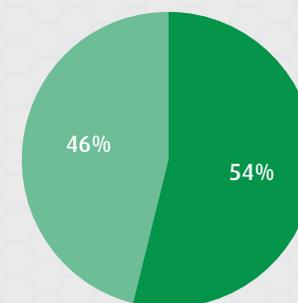
O saldo final para o caixa do TSE detalhado por fontes de recursos pode ser visualizado no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar disponível no portal do TSE, no endereço eletrônico <<http://www.tse.jus.br/transparencia/contas-publicas/gestao-ormamentaria-financeira-e-fiscal/gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal-do-tse-2013-2019>>.

2 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO – no Balanço Patrimonial consolidado do TSE, o item Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, com saldo de R\$6,8 milhões, teve aumento de 325% que é explicado, principalmente, pelo registro de valores relativos a adiantamento de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por Termo de Execução Descentralizada (TED) no valor de R\$4,6 milhões, que estava na condição de “a comprovar” no encerramento do exercício de 2019.

3 – ESTOQUES – para o TSE, esta conta compreende o valor dos bens adquiridos com a finalidade de utilização própria no curso normal das atividades, inclusive a distribuição no âmbito da Justiça Eleitoral.

Do valor total de R\$8,1 milhões, R\$4,4 milhões são materiais de consumo de Tecnologia da Informação (TI), sendo que, desses materiais de TI, R\$3,8 milhões correspondem à reserva técnica de suprimentos de urnas eletrônicas para atender a demanda dos TRES. O restante refere-se aos demais materiais de consumo distribuídos em diversas contas.

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE 2019



■ MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ■ DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO

4 - IMOBILIZADO – conforme PCASP, o imobilizado compreende direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela benefícios, riscos e controle desses bens.

O imobilizado é composto por bens móveis e imóveis, reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

No TSE, os bens móveis são registrados no Sistema de Controle Patrimonial e os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia (SPU/ME).

Em 31 de dezembro de 2019, o TSE apresentou o saldo de R\$461,2 milhões, relacionado ao imobilizado. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2018 e 2019:

TABELA 3 – IMOBILIZADO – COMPOSIÇÃO (R\$ MILHÕES)			
IMOBILIZADO	31.12.2019	31.12.2018	AH(%)
Bens Móveis	65,5	62,2	5,2%
(+) Valor Bruto Contábil	156,4	147,7	5,9%
(-) Depreciação/Amort./Exaustão Acum. de Bens Móveis	(91,0)	(85,5)	6,5%
Bens Imóveis	395,7	434,8	-9%
(+) Valor Bruto Contábil	469,5	469,5	0%
(-) Depreciação/Amort./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(73,8)	(34,7)	113%
TOTAL	461,2	497,0	-7,2%

Fonte: Siafi

Bens móveis

Os bens móveis do TSE em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$65,5 milhões, distribuídos da seguinte forma:

TABELA 4 – BENS MÓVEIS – COMPOSIÇÃO (R\$ MILHÕES)			
BENS MÓVEIS	31.12.2019	31.12.2018	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	7,5	7,9	-4,8%
Bens de Informática	117,3	109,4	7,2%
Móveis e Utensílios	19,3	19,0	1,5%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	7,3	7,6	-4%
Veículos	2,9	3,0	-3,3%
Bens Móveis em Almoxarifado	1,9	0,6	224,7%
Demais Bens Móveis	0,2	0,2	35,4%
Depreciação/Amortização Acumulada	(91,0)	(85,5)	6,4%
TOTAL	65,5	62,2	5,3%

Fonte: Siafi

De acordo com a Tabela 4, dos bens móveis registrados no TSE, aproximadamente 75% (excluídos os valores referentes à depreciação) referem-se a bens de TI, principalmente àqueles que fornecem suporte às atividades relacionadas às eleições.

Bens imóveis

Os bens imóveis da União registrados no TSE, em 31 de dezembro de 2019, totalizaram R\$395,7 milhões, distribuídos conforme tabela a seguir.

TABELA 5 – BENS IMÓVEIS – COMPOSIÇÃO (R\$ MILHÕES)			
BENS IMÓVEIS	31.12.2019	31.12.2018	AH(%)
Bens de Uso Especial	396,0	396,0	0%
Bens Imóveis em Andamento	5,6	5,6	0%
Instalações	67,0	67,0	0%
Demais Bens Imóveis	0,9	0,9	0%
Depreciação/Amortização Acumulada	(73,8)	(34,7)	112,8%
TOTAL	395,7	434,8	-9%

Fonte: Siafi

A Tabela 5 mostra que os bens de uso especial correspondem a 84,3% (excluídos os valores referentes à depreciação) de todos os bens imóveis reconhecidos

contabilmente no Balanço Patrimonial do TSE, permanecendo o montante de R\$396 milhões do exercício anterior.

Conforme Tabela 6, os bens de uso especial do patrimônio imobiliário registrados na JE apresentam a seguinte composição:

TABELA 6 – BENS DE USO ESPECIAL – COMPOSIÇÃO (R\$ MILHÕES)			
BENS DE USO ESPECIAL	31.12.2019	31.12.2018	AH(%)
Edifícios (Sede do TSE/DF)	389,7	389,7	-
Museus/Palácios (Centro Cultural da JE/RJ)	6,3	6,3	-
TOTAL	396,0	396,0	-

Fonte: Siafi

5 – DEPRECIÇÃO – a Depreciação compreende o decréscimo no benefício de bem tangível durante o período contábil decorrente de sua utilização, tendo em vista a deterioração/obsolescência e a utilidade desse bem à entidade.

O TSE registra a depreciação de bens em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), com as orientações contidas na Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações – do Manual Siafi da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e, por fim, com orientações internas.

A metodologia de cálculo da depreciação adotada foi a das quotas constantes, também conhecida como depreciação linear. A vida útil econômica e o valor residual utilizado para os bens do TSE foram aqueles constantes da tabela do Manual Siafi (as taxas de depreciação foram calculadas dividindo-se o valor depreciável do bem pela sua vida útil, obtendo-se a taxa anual de depreciação daquele bem) com exceção das urnas eletrônicas, classificadas como equipamento de processamento de dados, mas que possuem vida útil distinta daquela prevista na Tabela da Macrofunção Siafi, visto que são bens singulares na JE e possuem vida útil estimada de 10 anos, conforme estudo técnico realizado pela equipe do Tribunal.

No exercício de 2019, o impacto da depreciação dos bens móveis foi de R\$14,4 milhões no resultado apurado do TSE; e da depreciação dos bens imóveis de uso especial da União, lançada pela STN com base nos valores apurados pelo SPIUnet, conforme

Portaria Conjunta-SPU/STN nº 703/2014, foi de R\$39,1 milhões, totalizando R\$53,5 milhões na demonstração das variações patrimoniais. A depreciação acumulada no Balanço Patrimonial ficou em R\$91 milhões para bens móveis e R\$73,8 milhões para bens imóveis.

A Depreciação Acumulada de Bens Imóveis teve acréscimo de 112,8% em relação ao final do exercício de 2018, em grande parte, explicado pelo erro no arquivo enviado à STN que gerou a contabilização de valores em duplicidade no exercício de 2019, consoante informação da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia. Entretanto, tal erro foi corrigido em 31 de janeiro de 2020 pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT/STN) no Sistema Siafi.

6 – INTANGÍVEL – compreende direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Em 31 de dezembro de 2019, o TSE apresentou saldo de R\$147,2 milhões relacionados ao intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2018 e 2019.

TABELA 7 – INTANGÍVEL – COMPOSIÇÃO (R\$ MILHÕES)			
INTANGÍVEL	31.12.2019	31.12.2018	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	146,6	142,6	2,81%
Software com Vida Útil Indefinida	0,6	0,6	-
Amortização Acumulada	-	-	-
TOTAL	147,2	143,2	2,79%

Fonte: Siafi

No intangível, o item *Software Com Vida Útil Definida* representa 99,5% do grupo, quase a totalidade da conta. O sistema de patrimônio utilizado pelo TSE foi alterado em 2019 para inclusão do módulo de controle dos bens intangíveis com a amortização correspondente. O sistema já está concluído e entrará na fase de implantação na JE a partir de 2020, o que deve ocorrer de forma gradativa, haja vista a necessidade de mapear cada *software* para o cadastramento no sistema de patrimônio com o ajuste correspondente no Sistema Siafi.

7 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVID. E ASSIST. A PAGAR – essa conta encerrou com o saldo de R\$8,3 milhões, dos quais aproximadamente 99,2% referem-se a Férias a Pagar. Isso decorre da implantação do registro do passivo por competência, apropriado de acordo com o Sistema Folha de Pagamento (SGRH) do TSE, consoante Acórdão-TCU nº 1.322/2018, novos procedimentos da STN (*Manual Siafi*, Código 021142 – Folha de Pagamento) e Orientação-SOF/TSE nº 10/2018.

8 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – para o final do exercício de 2019, a conta Demais Obrigações a Curto Prazo encerrou com saldo de R\$8,6 milhões, explicado, em grande parte, pelo registro de R\$ 7,8 milhões resultante de transferências financeiras recebidas por meio de TED pendente de comprovação. No caso, trata-se de TED formalizado entre o Ministério da Economia e o TSE para a implementação do Programa de Identificação Civil Nacional (ICN).

9 - DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES – no Quadro de Compensações do Balanço Patrimonial, registra-se, no exercício de 2019, o valor de R\$12,2 milhões, que trata de valores a receber decorrentes da formalização do TED entre o Ministério da Economia e o TSE, destinado à implementação do Programa de Identificação Civil Nacional (ICN).

10 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS RECEBIDAS – este item apresentou, no balanço consolidado, saldo de R\$9,5 bilhões, justificado, principalmente pelo recebimento de recursos financeiros pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE (Setorial Financeira) no montante de R\$8 bilhões, com o objetivo de sub-repassar os recursos aos TREs e ao TSE (administração e Fundo Partidário), com vistas ao atendimento das despesas com as atividades da Justiça Eleitoral.

Destaque-se que houve variação negativa de 28,3% em relação ao ano de 2018, em função da ausência de recebimento dos recursos em 2019 relacionados à realização de eleições, como ocorreu em 2018, bem como de recursos referentes ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), instituído pela Lei nº 13.487/2017. Os recursos do FEFC são recebidos e distribuídos aos partidos políticos somente em anos eleitorais.

11 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS – este subgrupo, inserido em Transferência e Delegações Recebidas, teve redução de 95% em relação ao ano anterior,

representado pelo valor de R\$9,9 milhões (passando de R\$10,4 milhões para R\$0,5 milhão) decorrente da redução do volume de transferências de bens entre o TSE e os TREs, principalmente urnas eletrônicas e materiais utilizados na realização das Eleições Gerais 2018.

12 - GANHOS COM INCORPORAÇÕES DE ATIVOS – o saldo de R\$60,9 milhões, verificado no item, representa aumento de 795,6%. Trata-se, principalmente, do registro de incorporação de ativo do TED formalizado entre o TSE e o Ministério da Defesa para garantia da lei e da ordem das Eleições Gerais 2018, que estavam na condição de “a comprovar” no encerramento do exercício daquele ano.

13 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS CONCEDIDAS – o balanço consolidado apresentou o valor de R\$8 bilhões. A situação mais expressiva se trata de sub-repasse concedido pela SOF (Setorial Financeira) aos órgãos integrantes da Justiça Eleitoral, no montante de R\$7,8 bilhões, referente ao custeio em geral para a manutenção das ações orçamentárias, quais sejam:

TABELA 8 – TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS POR FONTE DE RECURSOS (R\$ MILHÕES)

FONTE	DESCRIÇÃO	TOTAL
0100	Recursos Ordinários	6.754,6
0156	Contribuição Plano de Seguridade Social Servidor	437,7
0169	Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	532,0
0174	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	97,0
TOTAL		7.821,2

Fonte: Siafi

Destaque-se que houve variação negativa de 20,5% nessas transferências em relação ao ano de 2018 em que ocorreu aumento de transferências de recursos para atender aos gastos com a realização das Eleições Gerais 2018 e para distribuição de recursos do FEFC aos partidos políticos, para gastos com suas respectivas campanhas eleitorais no valor de R\$1,7 bilhão.

14 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS – compreendem os valores transferidos aos partidos políticos (instituições privadas sem fins subvencionais) com recursos do Fundo Partidário (Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos). Para

o exercício de 2019, foi distribuído o valor de R\$927,8 milhões, repassado aos partidos políticos em forma de “duodécimos” – discriminados por partido e relativos ao mês de distribuição, previstos na Lei nº 9.096/1995 (alterada pela Lei nº 11.459/2007) – com vistas ao estabelecimento do critério de distribuição do Fundo Partidário. Para composição do valor final, é somada também a projeção de arrecadação de multas previstas no Código Eleitoral e em leis conexas. A distribuição aos partidos políticos poderá ser consultada no Portal do TSE no endereço eletrônico <<http://www.tse.jus.br/partidos/fundo-partidario-1/fundo-partidario>>.

Ressalte-se a ocorrência de variação percentual a menor de 64%, entre os anos de 2019 e 2018, considerando que a liberação dos recursos financeiros diminuiu de R\$2,6 bilhões para R\$927,8 milhões, situação justificada pelo fato de que em 2018, ano eleitoral, ocorreu a liberação de R\$1,7 bilhão referente ao FEFC para distribuição em parcela única aos partidos políticos.

15 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS – nesta conta houve variação negativa de 99,2%, perfazendo o montante de R\$24,7 milhões e refere-se à redução do volume de transferências de bens entre o TSE e os TREs, principalmente urnas eletrônicas e materiais utilizados na realização das Eleições Gerais 2018.

16 – DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS – esta conta registrou o valor de R\$58,6 milhões e decorreu da baixa de ativos pela comprovação de recursos transferidos por meio de TED ao Ministério da Defesa com vistas à garantia da lei e da ordem nas Eleições Gerais 2018.

17 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES – o valor total de R\$117,7 milhões da previsão de arrecadação de receitas para o TSE refere-se às Multas do Código Eleitoral e Leis Conexas com destino ao Fundo Partidário. As receitas realizadas no Balanço Orçamentário totalizaram R\$72,7 milhões, restando o saldo de R\$45 milhões a realizar. No entanto, ao apurar a arrecadação total das receitas destinadas ao Fundo Partidário, verificou-se a realização de R\$105,3 milhões, conforme tabela a seguir. Observa-se que as multas eleitorais inscritas em dívida ativa foram registradas na Setorial Orçamentária e Financeira do Ministério da Economia, órgão responsável pela arrecadação dessas receitas. Dessa forma, o valor a realizar para as multas eleitorais ficou em R\$12,4 milhões, o que representa 10,5% da previsão estabelecida para o exercício de 2019.

TABELA 9 – ARRECADAÇÃO DE MULTAS DO CÓDIGO ELEITORAL E L. CONEXAS – POR UG E CÓD. RECEITA (R\$ MILHÕES)

UNIDADE GESTORA	NATUREZA DA RECEITA	TOTAL
Secretaria de Orçamento e Finanças do TSE	19100111 – Mul. de Legisl. Específica – Principal	71,0
	19100112 – Mul. de Legisl. Específica – Multas e Juros	0,1
Setorial Orçamentária e Financeira – ME	19100113 – Mul. de Legisl. Específica – Dív. Ativa	30,2
	19100114 – Mul. de Legisl. Específica – D. At – Mult. e Juros	4,1
TOTAL		105,3

Fonte: Siafi

18 – DÉFICIT – este resultado apresenta a diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas com finalidade de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. As despesas do TSE são custeadas pelas dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) cujas fontes de recursos (receitas) são disponibilizadas/indicadas pelo Tesouro Nacional. Dessa forma, os R\$1,4 bilhão não representam frustração de receita ou excesso de gastos realizados pelo Tribunal.

19 – DESPESAS CORRENTES – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – para este grupo de natureza da despesa, verifica-se redução de 64,5% da Dotação Inicial para Atualizada que pode ser explicada pelo papel de Unidade Setorial Orçamentária exercido pelo TSE na JE. Na LOA do TSE, são consignadas dotações que são posteriormente remanejadas aos Tribunais Regionais Eleitorais, observados os limites e os procedimentos estabelecidos em normas orçamentárias. Essas dotações, em 2019, foram destinadas principalmente à implementação de parcelas do Plano de Cargos e Salários dos Servidores, aos reajustes de subsídios de magistrados, à progressão/promoção e ao provimento de cargos efetivos e cargos/funções comissionados. Na ação orçamentária utilizada para pagamento de Ativos Civis da União (20TP), foram remanejados R\$402,9 milhões para viabilizar a implementação das despesas supramencionadas na JE. Foram remanejados, ainda, R\$177,2 milhões para recompor as dotações das ações destinadas ao atendimento de despesas primárias discricionárias. Tal recomposição decorreu da aprovação do § 8º do art. 27 da Lei nº 13.707/2018 (LDO para 2019), que corrigiu e ampliou os valores da compensação de limites prevista no referido artigo, realizada em momento posterior à elaboração da Proposta Orçamentária da Justiça Eleitoral para 2019, em que já havia sido garantido o atendimento das despesas de caráter obrigatório, atendendo ao disposto no § 4º do art. 27 mencionado, com a utilização dos

limites inicialmente previstos para as despesas discricionárias do Órgão. Já na ação de Pleitos Eleitorais, R\$19,1 milhões foram descentralizados aos TRES com a finalidade de atender a despesas com pessoal e encargos sociais envolvidas na realização de eleições suplementares ocorridas em 2019 e despesas diversas, caracterizadas em geral como acertos de folha do exercício e de anos anteriores.

Nota-se também saldo de Dotação no valor de R\$98,2 milhões que representa 24,5% da dotação atualizada do TSE. Desse saldo, R\$77,8 milhões permaneceram na SOF/TSE, sendo R\$52,4 milhões na ação para atendimento de Contribuição Previdenciária da União, decorrentes principalmente do elevado índice de aposentadorias ocorridas no exercício e pela reabertura de prazo para que os servidores migrassem para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp), reduzindo, assim, os gastos com essa despesa. O saldo remanescente de R\$24,4 milhões restou alocado na ação 20TP decorrente, principalmente, da necessidade da JE adequar seu limite de pagamento para viabilizar o atendimento de despesas inscritas em Restos a Pagar (RP), sem extrapolação dos critérios fixados pela Emenda Constitucional nº 95/2016. Por fim, na ação de Pleitos Eleitorais, foram identificadas disponibilidades de aproximadamente R\$2 milhões que permaneceram nas unidades SAD/TSE e TRES.

20 - DESPESAS DE CAPITAL - INVESTIMENTOS – para este grupo, o saldo da dotação foi de R\$251,1 milhões, o que representa 86,4% da dotação atualizada. A maior parte do saldo, R\$195 milhões, permaneceu na ação Pleitos Eleitorais, visto que a licitação para compra de novas urnas – apesar de a fase externa ter sido iniciada em julho de 2019 – não obteve êxito, uma vez que as propostas técnicas das duas participantes foram desclassificadas, transferindo a compra para o ano de 2020 (licitação em fase de recurso). Destaque-se também o valor de R\$27,3 milhões, que permaneceu na ação Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor (Biometria) devido à necessidade da equipe técnica do TSE em aprofundar os estudos e viabilizar mudança de aspectos específicos da solução voltada à identificação do eleitor.

21 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – em 2019, foi consignada para gestão do Poder Executivo dotação no Grupo de Natureza da Despesa Reserva de Contingência (GND – 9) no valor de R\$126,9 milhões na Setorial Orçamentária da Justiça Eleitoral que não foi utilizada durante todo o exercício financeiro.

22 - RESTOS A PAGAR – no Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados, do saldo total de R\$52,5 milhões referente aos inscritos em 31 de dezembro de 2018, R\$24,2 milhões são provenientes da Unidade Gestora (UG) 070001 – SAD/TSE – e R\$28,3 milhões são da UG 070058 – Fundo Partidário. Do total dos empenhos inscritos, 90,2% foram pagos, e 9,8% foram cancelados. Os percentuais demonstram que o saldo remanescente foi ínfimo, não impactando ou concorrendo com o limite de pagamento para o próximo exercício, instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016.

Com relação ainda aos Restos a Pagar, cabe citar que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) dispõe que o Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre deverá conter o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar referentes às despesas liquidadas bem como às empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa. O demonstrativo do TSE do terceiro quadrimestre de 2019 pode ser consultado no endereço eletrônico <<http://www.tse.jus.br/transparencia/contas-publicas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal-do-tse-2013-2019>>.